



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Força Tarefa - Resolução Conjunta SEMAD /FEAM n.º 3.086/2021

Parecer Técnico de LAS nº 3176/2022

O empreendimento Pepsico do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda, localizado na Rua Equador, 2300, Bairro Santa Maria, Sete Lagoas, Minas Gerais, 35702-087, solicita via SLA nº 2022.04.01.003.0003511, Processo n.º 3176/2022, a Licença Ambiental, modalidade LAS RAS, para ampliação de empreendimento.

A formalização foi feita em 22/08/2022 e o requerimento publicado no IOMG, em 25/08/2022. Na Figura 1, é apresentado a visão geral do empreendimento.

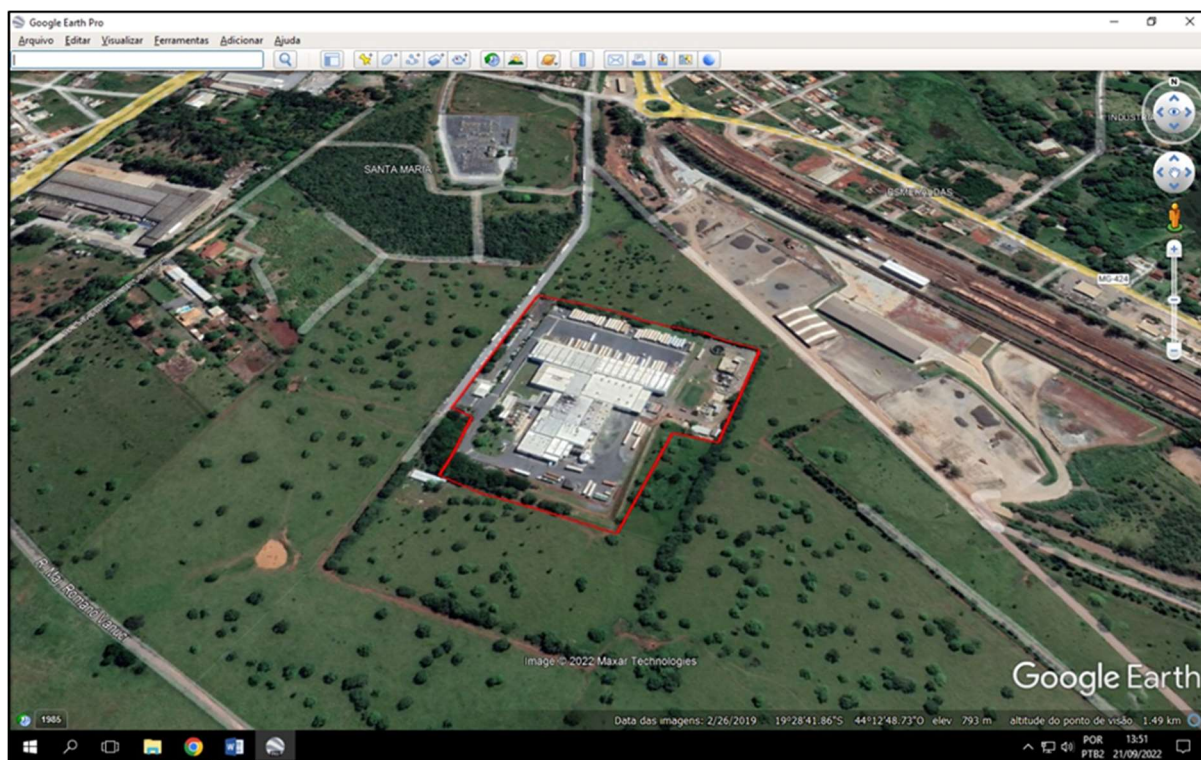


Figura 1 – Visão geral do empreendimento (linha vermelha), ano 2022. Fonte: Google Earth

O empreendedor declara no Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA e Relatório Ambiental Simplificado – RAS, que o empreendimento possui processo administrativo 00336/2000, REVLO nº 041/2018, vigente até 26/04/2026, para a atividade “D-01-14-7 *Fabricação industrial de massas, biscoitos, salgados, chocolates, pães, doces, suplementos alimentares e ingredientes para indústria alimentícia*, com ampliação de 4,8 hectares de área útil”.

Este parecer técnico foi elaborado a partir das informações disponibilizadas pelo empreendedor no SLA e sistema de Infraestrutura de Dados Espaciais – IDE do SISEMA, analisados e apresentados a seguir.



Documentos apresentados no SLA:

1. Ato autorizativo ou outro ato autêntico capaz de regularizar a intervenção ambiental, Licença CODEMA 009/2021, para supressão de vegetação, de 06/07/2021 e Licença CODEMA 025/2022, para supressão de vegetação, de 10/08/2022;
2. Ato Autorizativo ou outro ato autêntico capaz de regularizar a intervenção em Recursos Hídricos, Portaria nº. 01973/2018 de 08/05/2018 e Portaria n.º 01972/2018 de 08/05/2018;
3. Certidão Municipal (uso e ocupação do solo), de 07/06/2022;
4. Certificados de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/APP), AIDA Henrique Martins Soares vigente até 14/10/2022 e APP Pepsico do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda vigente até 08/11/2022;
5. Comprovante de propriedade, posse ou outra situação que legitime o uso do espaço territorial para o desenvolvimento da atividade, Protocolo de Intenções, da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, de 21/08/2000; 1º Ofício de registro de Imóveis de Sete Lagoas/MG; e
6. RAS – Relatório Ambiental Simplificado, com layout da fábrica, e laudo de avaliação de ruído.

Critério Locacional e restrição ambiental

A avaliação da incidência dos critérios locacionais e o enquadramento desse processo de licenciamento ambiental, foi prejudicada tendo em vista que não foi apresentado pelo empreendedor o “Parecer técnico de não incremento da ADA”, documento obrigatório de acordo com o item 3.2.6 da Instrução de Serviço SISEMA 06/2019, tendo em vista que foi inserido do Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA resposta negativa sobre a existência de incremento da Área Diretamente Afetada – ADA.

Em consulta ao IDE Sisema em 30/09/2022, na área na qual o empreendimento se insere incide o critério locacional, “localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio”, que se aplicado ao empreendimento mudariam a modalidade de



licenciamento ambiental de Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS para Licenciamento Ambiental Concomitante - LAC.

O empreendimento também se localiza em área na qual incide o fator de restrição ambiental, Área de Segurança Aeroportuária (DECEA), situação que demanda o atendimento dos procedimentos preconizados no Ofício 177 do Comando da Aeronáutica.

Supressão de Vegetação

Foi apresentada no SLA a licença de intervenção ambiental expedida pelo CODEMA n.º 009/2021, para supressão de 3 Ipês Amarelos, de 06/07/2021 e Licença CODEMA n.º 025/2022, para supressão de 6 pequizeiros e 3 indivíduos arbóreos nativos do cerrado, de 10/08/2022.

O CODEMA do município de Sete Lagoas possui Termo de Cooperação Técnica Nº 38076/2020-66 com o Instituto Estadual de Florestas -IEF, o qual disciplina a emissão das autorizações de intervenção ambiental.

Salienta-se que aos municípios compete, originalmente, conforme Lei Complementar Federal nº 140/2011:

a) a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em florestas públicas municipais e unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs); e

b) a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Município.

Complementarmente o Art. 4º do Decreto Estadual 47.749/2019, que prevê que:

Art. 4º – Compete aos órgãos ambientais estaduais autorizar as intervenções ambientais elencadas neste decreto.

§ 1º – Compete aos órgãos ambientais municipais autorizar as intervenções ambientais previstas neste decreto, respeitadas as competências dos demais entes federativos, nas seguintes situações:

I – em área urbana, quando não vinculada ao licenciamento ambiental de competência dos demais entes federativos.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Força Tarefa - Resolução Conjunta SEMAD /FEAM n.º 3.086/2021

Todas essas previsões estão dispostas no Termo de Cooperação Técnica e Administrativa N° 38076/2020-66 que entre si celebraram o Instituto Estadual De Florestas – IEF e o Município de Sete Lagoas - MG.

O mesmo documento prevê que nos casos em que houver pedido de licença ambiental em análise no órgão estadual, a intervenção ambiental deverá ser solicitada ao órgão estadual competente, conforme o item 2.2, da Cláusula Segunda – da atividade e empreendimento sujeito a autorização municipal:

2.2. Nos casos em que o licenciamento da atividade ou empreendimento não competir ao ente delegatário, a autorização para intervenção ambiental vinculada ao licenciamento caberá ao órgão competente pelo licenciamento, independentemente da delegação estabelecida neste convênio

Relatório Ambiental Simplificado

O empreendimento estará localizado em zona urbana, a área total é de 53,96 hectares, área construída de 2,5 hectares e área útil de 1,86 ha. Com a ampliação a área útil aumentará para 6,14 hectares. Total de 1.000 funcionários, 900 na produção e 100 administrativos. Funcionamento em 3 turnos/dia, 8 h/turno, 12 meses/ano e 6 dias/semana. Não é uma atividade sazonal.

Foi informado que não haverá alteração no processo produtivo. Será instalado um tanque com capacidade de armazenamento de 60 m³ mistura de óleos de milho e girassol que alimentará as linhas de produção PC Batatas e Doritos. Será instalado também um tanque com capacidade de armazenamento de 60 m³ de gás de nitrogênio utilizados para alimentar as linhas de produção PC Batatas e Doritos, tanques de óleo e bolsas de salgadinhos. Serão ampliadas a área de armazenamento do produto acabado e de estacionamento dos veículos.

As principais matérias primas e insumos são: aroma, sal, óleo de soja, óleo de milho, óleo de girassol, farinha de milho, milho em grãos, farinha de trigo, farinha de arroz, papelão, filme, batata, hidróxido de cal e gás natural. Os principais produtos são, PC Batatas, Clextral V, Clextral IV e Doritos.

Os principais equipamentos são: tombador, dumper, esteira transportadora, esteira de rejeitos, peneiras, esteira seleção de batatas, fatiador, lavador, fritador, calha



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Força Tarefa - Resolução Conjunta SEMAD /FEAM n.º 3.086/2021

vibratória, balança, raio X, medidor de umidade, câmara hiperbárica, dosador, dosador de enzimas, extrusora, cortador, exaustor, forno, agitador, seladora e prensa.

Na concessão da licença de operação vigente, a capacidade nominal instalada para a fabricação de batatas fritas era de 700 t/mês, enquanto que a capacidade instalada para a produção de extrusados era de 850 t/mês.

São 4 linhas de produção com semelhanças entre si. No geral o processo consiste no recebimento de matérias primas, processamento, empacotamento e encaixotamento. Daí para o armazenamento, distribuição, logística e consumidor.

O uso da água será para o processo industrial, consumo humano (sanitários, refeitório, etc.) e outros (paisagismo) com consumo médio mensal de 561 m³ (496 m³ somente industrial), proveniente de poço e SAAE. É informado não há recirculação de água.

São apresentados, o Certificado Portaria n.º. 01973/2018 de 08/05/2018, para captação de água de poço tubular, válido até 26/04/2026, localizado nas coordenadas Lat 19°29'40,65"S e Long 44°12'39,27"W, na vazão de 19,7 m³/h; e Certificado Portaria n.º. 01972/2018 de 08/05/2018, para captação de água de poço tubular, válido até 26/04/2026, localizado nas coordenadas Lat 19°28'40,8"S e Long 44°12'42,8"W, na vazão de 3,0 m³/h. Em conjunto as duas portarias concedem captação de até 681m³/ mês, vazão aproximadamente 21% acima do consumo médio mensal.

Os efluentes industrial e sanitário, são destinados para a equalização, flotadores, reator aeróbico e reatores biológicos, sendo o efluente tratado lançado na rede pública. Sistema já em funcionamento e haverá necessidade de modificação, as melhorias seriam: instalação de sistema de limpeza na peneira rotativa; melhorias no tanque do separador de gordura; substituição do sistema de separação de gordura e substituição do sistema de agitação do efluente equalizado.

São gerados 13.431 m³ de efluente por dia. É informado que não gera efluente industrial decorrentes de purgas de equipamentos. As águas de lavagem de pisos e equipamentos são tratadas com os efluentes industriais e não gera efluentes oleosos.

As fontes pontuais de emissões atmosféricas, são: Queimador 1, Queimador 2, Queimador 3, Queimador 5 e chaminé da caldeira. Como mitigação, todas as fontes



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Força Tarefa - Resolução Conjunta SEMAD /FEAM n.º 3.086/2021

possuem filtros. É informado que não há emissão de odor. As emissões atmosféricas dos veículos automotores são monitoradas semestralmente e avaliadas de acordo com a Resolução CONAMA nº418/2009 e Instrução Normativa IBAMA nº 6/2010.

É informado que não haverá alteração ou aumento da geração de resíduos sólidos. Os resíduos sólidos gerados, informados, são: resíduos orgânicos, recicláveis, lodo de ETEI, sucatas metálicas, madeira, vidro, lâmpadas, comum, contaminados com óleo e graxa e EPI usados. As destinações são: alimentação animal, compostagem, uso agrícola, reciclagem, blendagem para coprocessamento e coprocessamento.

Com relação aos ruídos e vibrações, os equipamentos de maior emissão de pressão sonora, encontram-se enclausurados em ambiente de isolamento acústico.

Durante análise técnica foram identificadas algumas questões que poderiam ser sanadas por meio de informações complementares ou consulta a outros sistemas de informação, como por exemplo: esclarecimentos a respeito do volume de efluentes gerados(no campo 5.2.1 é informado uma geração de 13.431 m³/dia) em relação ao consumo de água da ordem de 561 m³/mês; comprovações quanto ao não incremento da ADA; estudo de prospecção espeleologia; comprovação do volume de água fornecido de SAAE e manifestação deste a respeito do recebimento dos efluentes; descrição dos impactos e das medidas de controle ambiental; descrição do sistema de drenagem pluvial da área de instalação da ampliação e as medidas de controle ambiental para a contenção de sólidos carregáveis; esclarecimentos a respeito da manutenção dos equipamentos, geração, controle e destinação de resíduos oleosos; e apresentação da DMR do último semestre (Sistema MTR/MG DN 232 de 2019).

Todavia o Art. 15 da Deliberação Normativa COPAM 2017 de 2017, tem-se que o empreendimento não cumpriu o determinado deste artigo, o que enseja o indeferimento do pedido de licença.

Art. 15 – Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual. Parágrafo único – O processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das autorizações para intervenções ambientais ou em recursos hídricos, quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Força Tarefa - Resolução Conjunta SEMAD /FEAM n.º 3.086/2021

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes nos autos do Processo SLA n.º 3176/2022, sugere-se o indeferimento da Licença LAS/RAS de Ampliação ao empreendimento Pepsico do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda, localizado na Rua Equador, 2300, Bairro Santa Maria, Sete Lagoas, Minas Gerais, 35702-087, para a atividade “*D-01-14-7 Fabricação industrial de massas, biscoitos, salgados, chocolates, pães, doces, suplementos alimentares e ingredientes para indústria alimentícia*”, área útil de 1,86 hectares.

Cabe esclarecer que a equipe que subscreve este parecer não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).